

MOOG, Clodomiro Vianna. *Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas*. 11. ed. Porto Alegre: Globo, 1974. 320p.

A comparação entre Brasil e Estados Unidos situa-se hoje no centro das preocupações dos historiadores brasileiros, particularmente neste momento, em que as tradicionais auto-representações dos dois países, no que se refere à sua identidade nacional, se vêem desafiadas pelo turbilhão que as mudanças das últimas décadas vieram desencadear. Lucia Lippi Oliveira (em *Americanos: representação da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: UFMG, 2000) sustenta, entretanto, que a história intelectual brasileira esteve marcada, durante algum tempo, por uma flagrante desatenção para com o tema. Segundo a autora, tal tendência foi, acima de tudo, uma consequência da obsessão dos historiadores por premissas e conceitos postulados pela Escola dos *Annales*, na década de 50, ou pelo marxismo europeu, nos anos 60.

Nessa época, um dos raros trabalhos a apresentarem estudos comparativos sobre os países em questão foi *Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas*,¹ de Vianna Moog. Nessa obra, publicada em 1954, talvez possam ser encontradas as premissas sociais e culturais que originaram trajetórias e modalidades de vida distintas no Brasil e nos EUA. O livro é, do ponto de vista metodológico, uma análise inovadora, pois faz a mediação entre duas vertentes: a que apreende o Brasil através dos macroprocessos sociais, privilegiando o arcabouço institucional, e a de caráter culturalista, que tem como foco analítico as relações sociais em seu cotidiano. Os estudos pertencentes a

essas duas vertentes inserem-se, de certo modo, numa mesma linhagem, pois têm em comum o fato de manterem separadas as dimensões *sociedade* e *nação*, apresentando um Brasil invariavelmente constituído por faltas e carências, quando comparado aos EUA. Nas análises tradicionais sobre a nação, o foco analítico é o Brasil institucional do futuro, que teria de ser construído com base nos princípios universalistas do estado nacional, especialmente aqueles princípios que nos “faltam”. O mesmo é válido para as análises da sociedade cuja atenção recai sobre o Brasil “tradicional”, de “hábitos e costumes” que dizem o que fomos ou somos.

Nesse contexto, a obra de Vianna Moog atualiza a interpretação do Brasil efetuada por textos consagrados da historiografia, tais como: *Retratos do Brasil* (1928), de Paulo Prado; *Casa-grande & senzala* (1933), de Gilberto Freyre; *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda; e antecipa outros, igualmente respeitados, como *Capitalismo, autoritarismo e camponato* (1976), de Gilberto Velho; *Carnavais, malandros e heróis* (1979), de Roberto DaMatta; *Bases do autoritarismo brasileiro* (1988), de Simon Schwartzman.

Vianna Moog propõe a reinterpretação não apenas do processo de ocupação territorial, representado simbolicamente pela fronteira, como também da relação existente entre esse processo e a construção simbólica da identidade nacional nos dois países. Na obra, é examinada a construção da identidade nacional no Brasil e nos EUA, tomando-se como fio condutor a constituição dos tipos sociais que emergiram da experiência de formação desses países, ambos antigas colônias. O autor faz uma comparação entre as duas “civilizações”, defendendo a idéia segundo a qual os EUA são resultado do saber fazer do “pioneiro”, e o Brasil, um produto da ação dos “bandeirantes”. O livro origina-se da observação dos EUA iniciada por Vianna Moog em 1946, quando lá vai residir.² A repercussão e o sucesso alcançados pela obra³ devem-se, possivelmente, ao contexto histórico intelectual do pós-guerra e do início dos anos 50,⁴ a que se soma o sentimento de frustração em virtude da derrota do Brasil na Copa do Mundo e do suicídio de Vargas em 1954, eventos que marcam esse período.

A reação contra as teses da pureza étnica e da superioridade racial começa, no Brasil, nas décadas que antecedem o momento de publicação de *Bandeirantes e pioneiros*. Expressam tal reação os estudos antropológicos de Nina Rodrigues, os quais questionaram a possibilidade de se explicar fenômenos sociais e diferenças de nível entre as culturas dos diversos países tomando como referência os fatores raciais. Coube, porém, a ensaístas como Gilberto Freyre, Roquette Pinto, Artur Ramos e Gilberto Amado, o mérito da crítica às doutrinas etnocêntricas, pois eles é que transferiram os estudos sociais do plano exclusivamente racial para o âmbito cultural, como já se vinha fazendo, desde muito, nos centros mais avançados de investigação científica.

Na obra em foco, Vianna Moog analisa, fundamentalmente, a geografia, a história e a moral das duas civilizações. São esses três eixos que definem as diferenças entre Brasil e EUA. A relação dos habitantes com o espaço territorial favoreceu os EUA, assim como o abandono do passado e a crença no possível aperfeiçoamento das pessoas e das coisas. Todos esses são traços culturais que se somam para explicar a diferença de ritmo, entre EUA e Brasil, na obtenção do progresso. Tal distanciamento entre os dois países, que começou a se fazer sentir no século XIX, de acordo com Vianna Moog, tenderia a aumentar. Todavia, ao confrontar os tipos humanos que teriam dado origem às duas culturas, o autor, trilhando um caminho distinto daquele percorrido por inúmeros historiadores, descarta as explicações que aludem aos fatores geográficos e raciais como sendo os únicos responsáveis pelo desenvolvimento dos EUA. As causas do progresso da civilização americana, em contraste com o "atraso" brasileiro, não podem ser buscadas exclusivamente nos fatores geográficos. Tal constatação feita pelo autor é condizente com a sua recusa às sucessivas explicações monocausais relacionadas à raça,⁵ à geografia, às três fases de Comte e aos fatores econômicos. De acordo com Vianna Moog, tais explicações não têm consistência para dar conta de um processo histórico tão particular e complexo como foi o da formação da civilização brasileira.

Porém, Moog, no estudo comparativo que realiza, parece conferir maior relevância aos fatores geográficos, que estão, ex-

plícita ou implicitamente, presentes em vários momentos de sua obra. São mencionadas de modo recorrente, na argumentação do autor, as características geográficas das cadeias de montanhas, do sistema hidrográfico e do clima nos dois países. Tais aspectos compõem o mosaico concebido como uma das mais importantes variáveis examinadas em relação às culturas das duas civilizações em estudo, variável esta que conferiria aos EUA um saldo positivo. Vianna Moog destaca que as Montanhas Rochosas tiveram de ser enfrentadas quando os norte-americanos já estavam tecnicamente preparados. Os EUA, ao contrário do Brasil, não tiveram de ficar arranhando o litoral, detidos pela montanha, no limiar da conquista. Soma-se a isso o fato de que o Mississipi e seus afluentes banham a maior superfície contínua de terras cultiváveis nos EUA, ao passo que o Amazonas não prepara terreno para a agricultura no Brasil. Além disso, nos EUA, o clima frio, similar ao europeu, induz os grupos humanos a irem em busca do aquecimento através do carvão – elemento indispensável ao primeiro momento do desenvolvimento industrial; o clima tropical do Brasil, por sua vez, não desafia seus habitantes.

Vianna Moog afirma que o Brasil conseguiu vencer os obstáculos do clima, da orografia, da hidrografia e da pobreza do solo, transformando-se na “única civilização tropical realmente mencionável”. Isso ocorre, sobretudo, porque o Brasil criou uma civilização onde inexistem “problemas raciais intransponíveis” (p. 25). Ao mesmo tempo, verifica-se que Moog procura descartar as explicações raciais⁶ segundo as quais o progresso norte-americano advém da superioridade dos anglo-saxões sobre os portugueses. O autor recusa não só a idéia da superioridade de raças, como também a tese que aponta a mestiçagem como origem de alguns problemas enfrentados pelo Brasil. A análise comparativa empreendida por Vianna Moog centra-se no processo de colonização dos EUA e do Brasil, a fim de evidenciar as diferenças fundamentais existentes entre ambos. O autor defende que os primeiros povoadores dos EUA eram perseguidos na Inglaterra e migraram, acompanhados de suas famílias, com o propósito de fundar uma nova pátria, mediante a constituição de um corpo civil e político que garantisse a sua própria preservação. Eles adotaram formas de trabalho estáveis, realizaram a conquista

ta da terra palmo a palmo, plantando vilas e cidades. Chegaram como colonizadores e, gradativamente, tornaram-se pioneiros. O imigrante desejou ser americano, pertencer a uma nova religião e a uma nova pátria, e legar essa cultura a seus filhos. Dedicando-se ao trabalho regular, “o puritano via a marca do Senhor naquele que prosperava” (p. 180).

No Brasil, os primeiros colonizadores eram vassalos do rei português que vieram em busca de riquezas, sem suas esposas, deixando família e amigos em seu país de origem. Queriam terras para explorar e ouro; tinham a intenção de fazer fortuna e, então, retornar a Portugal. Eram desprovidos de competências econômicas, de espírito público e de autodeterminação política. Não se fixaram nos territórios percorridos, despovoaram mais do que povoaram. Chegaram como conquistadores e, posteriormente, transformaram-se em bandeirantes. Na Amazônia, por exemplo, não havia atividade que não fosse bandeirante, ou seja, predatória, extrativista, guiada pela miragem da riqueza fácil e rápida. Também no Nordeste Vianna Moog encontra esses traços, constatando uma significativa migração masculina para regiões que prometiam a obtenção imediata de riquezas. A imagem daquele que emigra para retornar a seu ponto de partida, Portugal, é a imagem da cultura predatória representada pelo bandeirante.

O português nascido no Brasil era, na verdade, um brasileiro sem sentimento de “pertencimento”; era um ser contraditório, basicamente um ressentido. O filho do português que nascia no Brasil (mazombo) reivindicava “o nascimento no reino”. Estudava em Coimbra para se fazer português. Vivia no litoral, voltando-se subjetivamente para Portugal e Paris e ficando de costas para o Brasil. Era um europeu fora de lugar. Ao trabalho regular preferia uma sinecura, uma pensão vitalícia e o prazer do jogo. Este equivalia, simbolicamente, ao veio de ouro, à luta contra o destino: o mazombo via a marca do destino naquele que “acertava”. O bandeirante mantinha como princípio de organização social a autoridade, e as virtudes exigidas eram gratidão, fidelidade e valentia. Uma das idéias centrais de Vianna Moog é o reconhecimento do bandeirante não apenas como traço exclusivo dos movimentos populacionais ocorridos no

Brasil-Colônia, mas também como a marca cultural do caráter nacional que significa estilo predatório e instável.

Há características que, na visão do autor, ficaram como que impressas no “inconsciente coletivo”, no “caráter nacional” das duas civilizações. O pioneiro dá as costas à Europa e ao passado. O passado não o prende, não o subjuga, não o aniquila. Ele o preserva ou destrói, se for necessário. Conserva o que deu certo, configurando o que o autor denomina como “conservadorismo pragmático”. Por outro lado, o bandeirante mantém os olhos voltados para a Europa e para o passado. Além disso, os americanos têm como seus heróis os mecânicos, os engenheiros, os organizadores, os *managers*, os inventores. Acreditam no valor da atividade manual, crêem no aperfeiçoamento das coisas e das pessoas. O dinheiro para eles tem um valor místico. Ligada à idéia de trabalho está a de ciência aplicada, já que tudo é suscetível de aprimoramento. O homem americano crê na ciência em ação e no princípio de que a fortuna e o saber se constroem pela constância no estudo ou no trabalho. Por seu turno, o brasileiro tem como heróis os eruditos, os diletantes, os detentores da cultura sem finalidade prática imediata. Considera vergonhoso trabalhar com as mãos e não crê na virtude de ninguém. Despreza o dinheiro; seu *hobby* é o jogo e a caça à fêmea. Em vez da “ciência em ação”, prefere a “cultura em disponibilidade”, já que a fortuna e o saber só serão obtidos num golpe de sorte e de audácia.

Ocorre, entretanto, que as marcas da fundação civilizatória dos EUA, apontadas por Moog, atualizam-se e transformam-se no plano histórico e simbólico, conforme constata o autor. Essas marcas eram os aspectos que constituíam a imagem do pioneiro, imagem que não correspondia mais aos fatos na Nova Inglaterra (Norte dos EUA) desde o século XVIII, quando o comércio e a atividade urbana prosperaram. O espírito pioneiro cedeu lugar ao espírito mercantil dos comerciantes da Nova Inglaterra, ou seja, aos ianques (o dono de estaleiros, o banqueiro, o agente de negócios, o pastor, o pregador, o agiota). Enquanto isso, o Sul tinha o *farmer* (aristocrático, autoritário e escravagista), que ampliava seu império do algodão para o Norte e para o Oeste. Frente a esses dois mundos, o pioneiro vai

sendo imprensado. Para o sulista, o pioneiro passa a ser apenas o *poor white*; para o ianque, ele é o parente pobre que teima em manter sua independência. O pioneiro não tem, então, outra saída senão avançar sobre o território dos índios e dizimá-los.

Na visão de Vianna Moog, esse é o triângulo cultural norte-americano, com cada uma de suas três pontas divergindo, econômica, política e socialmente, das outras duas. Na luta entre o Norte e o Sul, o pioneiro que vai para o Oeste acaba por se tornar o fiel da balança e pende para o Norte. O pioneiro é, assim, o vencedor imediato da Guerra Civil, mas a longo prazo o vencedor é mesmo o ianque, que vai conquistando toda a América. Todavia, traços como a crença no direito à felicidade e na perfectibilidade da natureza humana (afastando-se de Calvino para se aproximar de Rousseau), que conformam a imagem do pioneiro, são incorporados ao imaginário popular na cultura americana, ainda que, gradativamente, isso vá mudando. Um americano vai tornando-se cada vez menos distinguível de outro americano. A América vai-se transformando no paraíso do homem comum. Sem tradição, sem passado, perde a capacidade de incorporar as inúmeras levas de imigrantes que chegam. O trabalho, que antes era o meio de alcançar e manter a independência individual, torna-se unicamente instrumento de riqueza. No código moral do ianque, o trabalho se justifica por si próprio, seja de que natureza for, e santifica-se pelo resultado obtido. O processo de ianquização da América toma lugar à medida que a paixão pelo novo, a pressa e a uniformização crescem, tendendo a eliminar as diferenças culturais e as peculiaridades. Desse modo, os arquipélagos culturais fundem-se em continentes e ampliam sua órbita de influência.

Por sua vez, o bandeirante, no qual o conquistador do Brasil veio a transformar-se, foi marcado, de acordo com Moog, pelo espírito predatório, extrativista. A não-descoberta imediata das minas e a obstinação em encontrá-las foi o que permitiu o aumento do território nacional, o que marcou a diferença entre portugueses e espanhóis. Estes tiveram de sofrer mais cedo e por mais tempo o peso das conseqüências diretas e indiretas advindas do sonho desvairado da riqueza rápida, que se disseminou por toda a parte. Entre essas conseqüências Vianna

Moog inclui o caudilhismo. O triângulo cultural norte-americano – pioneiro/ *farmer*/ ianque – é comparado pelo autor ao triângulo brasileiro: bandeirante/ senhor-do-engenho/ jesuíta.

O bandeirante empreendeu a corrida do ouro, a caça ao índio, e teve de enfrentar o jesuíta, que lutou contra o seu comportamento moral. A descoberta do ouro, nos fins do século XVII, fez a história voltar-se para um sentido – o da ação predatória – e confirmou a imagem que o bandeirante, com seus ideais de conquista e de riqueza extrativa fácil, teria na história brasileira. O senhor-do-engenho não conseguiu ser celebrado como foi o bandeirante. A história deste último é marcada pela epopéia que a historiografia consagrou. Mesmo quando predominou a atividade rural do senhor-do-engenho, o sonho continuou a ser a riqueza rápida e extrativa. O campo nunca exerceu fascinação, e foi só depois de concluído o ciclo das bandeiras que se consolidou o estilo patriarcal das fazendas de cana-de-açúcar, de café e de criação de gado, no início do século XIX. A partir de então, com o término das bandeiras, ocorreu a ruralização acelerada do Brasil.

A riqueza de São Paulo é obra do fazendeiro de café e de uma imigração de tipo pioneiro, e não do domínio anterior do bandeirante. Entretanto, foi construído um mito segundo o qual a riqueza paulista é atribuída às bandeiras. Se é correto afirmar que foram os bandeirantes que ampliaram o território nacional, o mesmo não pode ser dito em relação ao processo de povoamento, de organização de um trabalho regular e de obtenção de uma produção. Os responsáveis por esse processo são os pioneiros, os colonos – açorianos, alemães e italianos – que vieram para o Rio Grande do Sul, os quais são associados por Vianna Moog aos pioneiros americanos. Entretanto, conforme lembra o autor, no momento da chegada do colono ao Brasil, a imagem do bandeirante já estava instalada na imaginação popular.

A avaliação feita por Vianna Moog – positiva do pioneiro e negativa do bandeirante – não impede que ele mesmo aponte transformações em curso. Para o autor, cada uma das culturas produz tipos de desajustamentos específicos. Os traços positivos da cultura norte-americana são, ao mesmo tempo, as causas maiores dos desajustamentos e das neuroses que a caracteri-

zam, revelando sua imaturidade enquanto cultura. Além disso, Moog observa que as mudanças e as crises pelas quais passam o protestantismo e o capitalismo, de certo modo, constituem-se numa crise de todo o Ocidente. Isso lhe permite profetizar uma nova tendência: a capacidade de conciliar conflitos, que deverá se instalar em algum(ns) dos países de origem e tradição latinas, e não nos EUA. Ao que parece, Vianna Moog percebe que a superioridade econômica protestante e ascética dos EUA não implica, obrigatoriamente, a sua superioridade em todos os aspectos da vida. O autor constata alterações na tradição e consegue ver os novos dilemas, que demandam configurações culturais também novas.

Muitas das análises produzidas sobre o Brasil basearam-se num apriorismo – a necessidade de transformá-lo em um país “moderno”. Tais análises tinham em comum o fato de se interrogarem sobre o momento e o modo de o país atingir essa condição. Ao privilegiar um método que procura superar a dicotomia *modernidade* e *tradição*, a referida obra de Vianna Moog desvia-se da abordagem que considera a modernidade exclusivamente sob o ponto de vista institucional e econômico e que se vale da comparação entre EUA e Brasil para apontar pretensas faltas deste país em relação àquele. O autor atribui à comparação entre ambos um outro sentido: o de evidenciar, nas diferenças entre EUA e Brasil, as particularidades do segundo, e não possíveis sinais do seu “atraso” ou modernidade “incompleta”. De acordo com Vianna Moog, a indiscriminação racial do Brasil não foi, fisiologicamente, um mal. De forma paradoxal, teria sido antes um bem e viria a ser, com o tempo, se já não o era na época em que escreveu a obra, um dos melhores, senão o melhor acervo da cultura luso-brasileira, apesar do alto preço que por ele se havia pago e, provavelmente, ainda se haveria de pagar.

Gradativamente, sobretudo a partir do final da última década do século XX, os intérpretes do Brasil começam a notar que o maior problema do país é assumir-se, aceitando a grandeza das particularidades que o caracterizam. Todavia, poucos desses autores admitem a dívida que têm para com Vianna Moog. Seu nome algumas vezes se faz presente na bibliografia citada por tais ensaístas, o que não significa que a obra de sua

autoria – *Bandeirantes e pioneiros* – seja mencionada por eles ao longo dos textos em que analisam as peculiaridades do Brasil.

Mauro Gaglietti

Universidade de Passo Fundo

NOTAS

¹ Vianna Moog, na obra em estudo, referenda os pressupostos do diagnóstico weberiano acerca do desenvolvimento ocidental. Em Max Weber, a especificidade da cultura ocidental emerge do movimento de racionalização religiosa, que gera uma relação particular entre ética e mundo. No catolicismo, essa relação pressupõe uma estratégia de compromisso, ao passo que, no protestantismo, permanece uma tensão produtora de autocontrole, da valorização do trabalho e da dominação do mundo. No protestantismo ascético, no Ocidente, foi mesmo possível a superação da concepção tradicional do mundo, com a substituição da ética da convicção pela ética da responsabilidade. A superioridade do racionalismo ocidental em sua vertente individualista é identificada por Weber no caso inglês e, mais ainda, no caso norte-americano, já que essa sociedade concretiza, como nenhuma outra, o tipo abstrato de racionalismo ocidental que orienta a ação dos pioneiros.

² Vianna Moog foi o Delegado do Tesouro Brasileiro, entre 1946 e 1950, em Nova Iorque. Em 1950, foi nomeado representante do Brasil na Comissão de Questões Sociais das Nações Unidas, tendo participado decisivamente da sessão que discutiu o destino do Fundo Internacional de Socorro à Infância. O Conselho Interamericano Cultural elegeu Vianna Moog, em 1952, para representar o Brasil na Comissão de Ação Cultural da Organização dos Estados Americanos.

³ *Bandeirantes e pioneiros* serviu de referência bibliográfica, entre outros, para Otávio Velho – *Capitalismo, autoritarismo e campesinato* (Difel, 1976); Roberto DaMatta – *Carnavais, malandros e heróis* (Zahar Editores, 1979); Simon Schwartzman – *Bases do autoritarismo brasileiro* (Campus, 1988); Livia Barbosa – *O jeitinho brasileiro* (Campus, 1992); Jessé Souza – *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira* (Editora UnB, 1999); Astor Antônio Diehl – *Cultura historiográfica brasileira: da década de 1930 aos anos de 1970* (UPF Editora, 1999); Lúcia Lippi Oliveira – *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA* (Editora UFMG, 2000); Ruben George Oliven – “De olho no dinheiro nos EUA”. *Estudos Históricos* (Revista do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, 2001). Diehl (1999, p. 74-79) observa que tanto Fernando Correia Dias [Presença de Max Weber na sociologia brasileira contemporânea. *Revista de Administração*. Rio de Janeiro, v. 14, p. 47-62, jul.-ago. 1974] quanto Sílvio Maranhão [Sobre Max Weber: um breve estudo de sua influência metodológica na sociologia brasileira, palestra proferida no II Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros, em 1969. Anais, Recife: Editora Universitária, 1974, p. 377-399] passaram por cima – em suas análises da receptividade weberiana – da obra de Vianna Moog.

⁴ Seis anos após a II Guerra Mundial, quando parecia que as doutrinas de superioridade étnica estavam para sempre liquidadas e o mundo para sempre reposto da catástrofe, eis que estas ressurgem em *Teutonic unity*, de Earnest Sevier Cox, livro que é, segundo Vianna Moog, nada mais nada menos que “um tardio rebento da velha teoria de Gobineau”.

⁵ A mais antiga e, provavelmente, a mais constante explicação para o fato de os EUA terem prosperado em quase todos os setores da atividade humana (estamos falando do período que vai até a segunda metade do século XX) incomparavelmente mais do que o Brasil, baseia-se na idéia da superioridade racial. De acordo com essa idéia, os EUA tinham sido povoados pela raça superior dos anglo-saxões, ao passo que o Brasil fora povoado e conquistado pelos retrógrados portugueses, povo que em matéria de pureza étnica nem de longe poderia confrontar-se com os primeiros. Além disso, o anglo-saxão preservava sua pureza racial, não cruzando com o índio e o negro, senão por exceção, ao passo que o português levava a extremos nunca vistos as possibilidades do cruzamento. Essas teses, para se legitimarem na esfera científica, sustentavam-se nos argumentos “científicos” de Houston Stewart Chamberlain, autor do célebre *Foundation of the nineteenth century*, ou do Conde de Gobineau, com o seu ainda mais célebre *Essai sur l'inégalité des races humaines*. E, à falta de um ou de outro, Gustave Le Bon também servia. A doutrina segundo a qual as raças nascem desiguais e desiguais permanecem em inteligência, valor e capacidade de criar e absorver cultura, independentemente das condições de clima, meio físico, antecedentes sociais e período histórico, resolvia todas as dúvidas. Para acreditar no mito das superioridades e inferioridades raciais, não se exigia prova alguma. Bastava a palavra. Portanto, a responsabilidade pelo atraso do Brasil em relação aos EUA cabia à nossa descendência dos portugueses e também, e principalmente, ao aviltante cruzamento de portugueses com as duas outras raças que formaram o Brasil: o índio e o negro. Como só a raça branca sabia criar progresso, a única esperança para as raças inferiores era continuar o cruzamento com os brancos superiores. Se estes perdiam os nobres atributos primitivos, em compensação aqueles lucravam, sempre que no produto predominassem as qualidades do mais nobre e do mais forte. O mais curioso em tudo isso não foi que a tese vingasse na Alemanha, na Inglaterra, nos EUA, no Canadá ou mesmo na Argentina, no Chile, no Peru ou no México. O espanto de Vianna Moog foi provocado pela constatação de que a tese racista tivesse livre curso justamente entre os próprios brasileiros.

⁶ A 17 de maio de 1954 – ano da publicação da obra *Bandeirantes e pioneiros* –, em histórica decisão, a Suprema Corte dos EUA proscreveu a segregação racial, em todas as escolas públicas, acabando de vez com a doutrina da igualdade com separação.